

PROTEÇÃO À NATUREZA E EDUCAÇÃO: ENTREVISTA COMENTADA COM HENRIQUE LUIZ ROESSLER

Elenita Malta Pereira*

* Mestre e Doutoranda em História (UFRGS). Bolsista Capes. Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: elenitamalta@gmail.com

Henrique Luiz Roessler foi um importante personagem que lutou pela proteção da natureza no Rio Grande do Sul, durante os anos 1930-60. Nasceu em Porto Alegre, em 1896, mas antes de completar um ano de idade mudou-se com a família para a cidade vizinha São Leopoldo, onde viveu até o fim da vida, em 1963. Exerceu diversas profissões, como desenhista, escultor em madeira, construtor de barcos e contador, sendo a última a mais constante, inclusive com carteira registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Em 1937, foi empossado como funcionário da Delegacia dos Portos (Capataz do Rio dos Sinos), no Ministério da Marinha¹.

Roessler foi nomeado Delegado Florestal² do Serviço Florestal em 1939 e passou também a ocupar o cargo de Fiscal de Caça e Pesca a partir de 1944. Ambas as funções não eram remuneradas e estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura, na época responsável pela fiscalização e proteção das florestas e dos animais no país. Desempenhou essas atividades até dezembro de 1954, quando foi destituído dos dois cargos porque o novo Estatuto dos Funcionários Públicos não mais permitia o exercício de funções públicas sem remuneração (BRASIL, Lei 1.711, 28/10/1952). Roessler ficou abatido com o afastamento da fiscalização, no entanto, procurou alternativas para continuar atuando na área da proteção à natureza. Entrou em contato com sua rede de relações e conseguiu uma credencial para prosseguir fiscalizando a caça e a pesca, no âmbito da Secretaria Estadual de Agricultura, função que exerceu até seu falecimento.

Em janeiro de 1955, Roessler fundou a primeira entidade de proteção ambiental do Estado, a União Protetora da Natureza (UPN), quando deu início a diversas campanhas

¹ Função remunerada e exercida por Roessler até o falecimento.

² O cargo de Delegado Florestal se inseria na polícia florestal prevista no Artigo 56 do primeiro Código Florestal brasileiro (BRASIL. Decreto-Lei 23.793).

educativas para conscientizar a população sobre a importância de proteger os elementos naturais. Elaborou e distribuiu diversos cartazes/panfletos e proferiu palestras sobre o assunto. Além disso, em fevereiro de 1957, Roessler passou a escrever para o jornal *Correio do Povo*³, onde publicou cerca de 300 crônicas sobre temáticas ambientais relevantes daquele contexto: o problema florestal (desmatamento, queimadas, reflorestamento), a caça ilegal, especialmente de passarinhos; os direitos dos animais; a noção de progresso; a poluição dos rios e a pesca, entre outros assuntos⁴.

Em meu mestrado, defendido no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, escrevi uma biografia histórica de Roessler, abordando sua trajetória como “protetor da natureza” e as memórias construídas a seu respeito (PEREIRA, 2011). Ele faleceu há 48 anos e não deixou nenhuma entrevista gravada em áudio e vídeo, infelizmente. No entanto, foi entrevistado por alguns jornalistas em vida e encontrei no arquivo do Museu Visconde de São Leopoldo pelo menos uma dessas entrevistas concedidas por ele nos anos 1950, publicada no *Boletim Renner*, veículo de comunicação mantido pelo grupo industrial A. J. Renner⁵, que circulava mensalmente no Estado. Aqui, apresento fragmentos desse material, intercalado com meus comentários e citações de documentos⁶, com o objetivo de ligar sua fala à luta mais ampla da qual foi protagonista, manifesta nas ações fiscalizatórias, na atuação educativa através da UPN e nas crônicas jornalísticas publicadas no jornal *Correio do Povo*. Essa luta tinha um objetivo fundamental: educar as pessoas para a proteção à natureza, especialmente as crianças e jovens, em quem Roessler depositava toda sua esperança de forjar “a mentalidade de proteção às nossas riquezas naturais” (BOLETIM RENNER, 1957, p. 11).

³ *Jornal de Porto Alegre*, fundado em 1895, que circula até hoje. Os textos de Roessler saíam, inicialmente, na seção “Assuntos Rurais”, no corpo do jornal, às sextas-feiras. A partir de 06/09/1958, com a criação de um suplemento, chamado *Correio do Povo Rural*, seus textos passaram a ser publicados no encarte, que circulou até 15/09/1984.

⁴ Membros da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) organizaram um livro com 95 dessas crônicas, publicado em 1986 pela editora Martins Livreiro. Em 2005, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM-RS), que instituiu Roessler como patrono, publicou a segunda edição da obra (ROESSLER, 2005).

⁵ Anton Jacob Renner (1884-1965), mais conhecido pela denominação de suas empresas (A. J. Renner), foi um importante empresário do Rio Grande do Sul, atuando, principalmente, no ramo da tecelagem. Foi o fundador das “Lojas Renner”, que atualmente é uma companhia de capital aberto (S/A).

⁶ Os documentos citados foram pesquisados nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS - Porto Alegre-RS); Arquivo Privado de Henrique Roessler (APHR - São Leopoldo-RS); Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ML-RS - Porto Alegre-RS); Museu Visconde de São Leopoldo (MVSL - São Leopoldo-RS).

A entrevista foi inserida no número especial da revista sobre a União Protetora da Natureza. Já na capa, aparecia uma paisagem natural e a chamada da reportagem, com o nome da entidade:

Figura 1 – Capa do Boletim Renner



Fonte: Boletim Renner, Porto Alegre, dez/jan 1957 (MVSL).

Antes da entrevista, o Boletim Renner apresentou Roessler como “antigo defensor do patrimônio florestal” que, depois de ter sido destituído do cargo de Delegado Florestal, fundou a UPN, entidade através da qual pode trabalhar “em defesa das riquezas naturais e do reflorestamento”. Como obteve uma credencial para continuar fiscalizando a caça e a pesca no âmbito da Secretaria de Agricultura, em 1955, Roessler conseguiu aliar “os seus ideais ao dever profissional”, desenvolvendo dupla atividade: como Fiscal de Caça e Pesca, dando continuidade às diligências de fiscalização, e como presidente da UPN, “através de palestras, artigos na

imprensa, entrevistas e intensiva distribuição de folhetos nas escolas, nos lares dos colonos, junto às autoridade e entidades de classe, etc (BOLETIM RENNER, p. 11)”.

Roessler recebeu “cordialmente” a reportagem do Boletim Renner em sua casa, em São Leopoldo, onde foi registrada a entrevista que analisamos a seguir.

O representante da revista começa perguntando a Roessler se, “no exercício de seu cargo de Fiscal de Caça e Pesca, tem notado um maior acatamento à lei, melhor compreensão dos que se dedicam à caça e pesca?”. Roessler respondeu que, “de um modo geral, sim. Entretanto, e infelizmente, é o rigor da lei que produz os melhores efeitos [...] muitas vezes, a apreensão de uma única arma equivale ao efeito de mil boletins de propaganda. E note-se que o caçador, ao receber a licença, é muito bem orientado para cumprir a lei, inclusive recebendo o texto dos regulamentos e folhetos educativos (BOLETIM RENNER, p. 11-12)”.

“Quer dizer, então, que é ainda grande a destruição da nossa fauna, pelo desrespeito à lei?”, pergunta o entrevistador, e Roessler responde que sim, porque havia “um grande número de caçadores clandestinos, que não possuíam licença e a necessária compreensão (BOLETIM RENNER, p. 12)”; por isso mesmo não obedeciam aos regulamentos. Eles não respeitavam as épocas de caça, número de animais abatidos e as espécies não permitidas. Roessler informou que somente em 1956, o posto de fiscalização de São Leopoldo havia lavrado 325 autos de infração do Código de Caça e Pesca e também de derrubadas de mata nas margens dos rios.

Além da normatização presente nos diplomas legais⁷, todos os anos a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura publicava nos veículos de comunicação de todo o país portarias sobre as espécies e quantidades permitidas, bem como os períodos em que poderiam ser caçados. No Rio Grande do Sul, o próprio Roessler, muitas vezes, encarregava-se dessa divulgação, através de suas crônicas no jornal *Correio do Povo*⁸. Roessler acreditava no poder da

⁷ Três importantes decretos-lei publicados foram publicados no ano de 1934, durante o governo Getúlio Vargas: o primeiro Código Florestal brasileiro (BRASIL, Decreto-Lei 23.793), o Código de Caça e Pesca (BRASIL, Decreto-Lei nº 23.672) e o Código das Águas (BRASIL, Decreto-Lei nº 24.643). Além disso, a Carta Magna de 1934 iniciou a proteção “oficial” à natureza, ao subordinar a conservação da flora, da mata virgem e dos minérios à União, e não mais aos Estados, como havia determinado a Constituição de 1891, o que dificultava uma política federal de proteção às florestas (DRUMMOND, 1998, 1999).

⁸ Em “Caçar ou exterminar” (*Correio do Povo*, 14/03/1958, p. 11), Roessler relatou que muitos caçadores se atreviam a falar aos fiscais que não viajariam de 500 a 800 km para caçar somente “a miséria” de animais permitidos pela Portaria. No entanto, Roessler considerava o número permitido muito elevado, atendendo aos “interesses da imensa maioria, que não conhece a escassez da caça nesse Estado ou que fecham os olhos diante da realidade para não criar descontentamento na classe [dos caçadores] (...). A própria portaria, na parte do Rio Grande do Sul, ajuda a

lei, se aplicada rigorosamente. Como fiscal, ele se esforçou para que os códigos ambientais fossem cumpridos, e esse rigor levou a críticas e conflitos com os fiscalizados, especialmente os caçadores provenientes de grupos étnicos italianos que adoravam uma passarinhada⁹.

Perguntado pelo Boletim se o serviço de fiscalização contava com os meios suficientes para cumprir suas finalidades, Roessler respondeu que não. Aliás, essa era uma antiga queixa dos tempos de Delegado Florestal. Em artigo de 1948, Roessler escreveu que os funcionários do Serviço Florestal serviam

[...] gratuitamente e não recebem verbas para manutenção das suas repartições e despesas de fiscalização [...]. Desprovidos assim dos mais elementares recursos; incompreendidos e perseguidos; sem cooperação oficial; sofrendo a oposição sistemática de elementos irresponsáveis; contrariando interesses financeiros ou políticos pelas medidas fiscais, muitas vezes encontram insuperáveis dificuldades para tornar efetivas as providências adotadas (CORREIO DO POVO, 11 nov. 1948, p. 4).

Se o desmatamento de grandes extensões florestais ocorria frequentemente e os compromissos de reflorestamento não eram cumpridos no Estado, a culpa não era a inércia dos fiscais, e sim as condições precárias de seu trabalho. Segundo Roessler, para sanar o problema, seriam necessários “maiores recursos financeiros, maior número de veículos para o interior e mais fiscais idôneos (BOLETIM RENNEN, p. 12).”

Uma das maiores dificuldades enfrentadas era que os fiscais não recebiam salário. Em geral, eram nomeadas pessoas que já ocupavam cargos públicos remunerados (no caso de Roessler, ele era Capataz do Rio dos Sinos) para as funções de Delegado ou Fiscal Florestal e Fiscal de Caça e Pesca. No entanto, pelo que os documentos pesquisados indicam, os fiscais podiam reter parte (ou a totalidade, talvez, em alguns casos, isso não ficou claro) das multas aplicadas aos infratores, bem como das taxas cobradas para emitir licenças a caçadores ou a proprietários que precisavam cortar árvores em suas propriedades. Essa poderia ser uma solução mais barata para o Ministério da Agricultura, do que efetivá-los como funcionários e arcar com todas as obrigações trabalhistas. Dessa forma, economizava recursos financeiros, no entanto,

exterminar os animais silvestres. Aqui podem abater 20 ou 25 peças e nos outros Estados somente 5 de várias espécies de aves”.

⁹ A passarinhada era um prato preparado com polenta, molho e passarinhos fritos (sabiás, tico-ticos, quero-queros, etc), obtidos através da caça destes – proibida pelo Código de Caça. A passarinhada foi motivo de inúmeros conflitos entre Roessler e descendentes de imigrantes italianos, bem como de uma luta de representações de caráter interétnico. Ver mais detalhes em Pereira (2011).

colaborava indiretamente para que ocorressem alguns problemas. Deputados rio-grandenses apontaram que, sem remuneração fixa, os funcionários acabavam concentrando sua atuação nas tarefas que poderiam render mais - na arrecadação de taxas, emolumentos e multas -, o que, em alguns casos, poderia desvirtuá-los de sua função, ou o que era mais grave, aproveitar-se dela para obter privilégios (ANAIS AL-RS, 14/06/1951, p. 429-432).

O repórter do Boletim perguntou quais as impressões de Roessler sobre as derrubadas no Rio Grande do Sul. Roessler constatava em suas diligências que, infelizmente, continuava a “destruição do nosso parque florestal, apesar da lei em vigor e da fiscalização”. Em sua opinião, o corte das matas para aproveitamento na agricultura, a atuação das serrarias e os incêndios “continuavam causando grandes danos”, no entanto a situação aqui era um pouco melhor que a do Paraná, “onde nossos pinheirais estão desaparecendo e o replantio não está sendo feito na proporção da destruição das árvores (BOLETIM RENNER, p. 12)”.

Sobre a temática florestal, Roessler escreveu inúmeras crônicas e confeccionou vários panfletos. Nas palestras, em geral, era o primeiro assunto por ele tratado, utilizando argumentos de utilidade para defender os elementos naturais. Falando aos sócios do Lions da cidade de Estrela-RS, Roessler ressaltou que a importância da floresta ultrapassava o valor monetário: “são indispensáveis para conservação do regime de águas; para evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais como enxurradas e ventos; para asilar a fauna”. Para Roessler, em toda a parte reinava “a mais criminosa omissão, o mais vil imediatismo, a mais vergonhosa espoliação do nosso agonizante patrimônio verde”. Enquanto o preço da madeira aumentava ao ponto de “impedir a população obreira a construir seus chalés”, denunciava que os “grandes tubarões estavam nos seus palacetes, adquiridos com a renda dos pinheiros, rindo-se da miséria do povo” (Palestra Lions Estrela, 1º/11/1963, folha 5).

O “dia da árvore”, abordado na crônica “Fogo de Palha”, era um dos piores dias do ano, para Roessler. Ele considerava que “em vez de dia de festa, devia ser um DIA DE LUTO pela floresta desaparecida, e deviam chorar de vergonha os que deixaram de cumprir o seu dever” (ROESSLER, 2005, p. 34). O problema era que as pessoas só se lembravam das florestas e celebravam as árvores nesse dia. Durante o resto do ano, o problema ficava esquecido. Roessler mencionava a falta de alcance às classes rurais, onde não se atingia o objetivo educativo, “porque não havia continuidade na propaganda de proteção às florestas e do reflorestamento”. Roessler

chegou a sugerir que um colono ensinasse “os jovens como usar a pá e a enxada, como preparar canteiros, como semear, regar [...] como se lavra a terra”. Esses ensinamentos práticos seriam de grande utilidade para as crianças e jovens, e de maior proveito do que as Festas da Árvore. Propôs “a criação de BOSQUES ESCOLARES [...], que tantos benefícios já proporcionaram à Juventude de outros países, onde foram organizados e constituem fontes de saber, prazer e saúde para alunos e mestres” (ROESSLER, 2005, p. 36).

Vários panfletos da UPN incentivavam o plantio de árvores. Aqui, apresentamos um deles, que reforçava os benefícios econômicos do reflorestamento, na tentativa de atrair o interesse das pessoas:

Figura 2 – Panfleto O reflorestamento é obrigatório



Fonte: UPN. São Leopoldo, s/data (AHRs).

Na segunda parte da entrevista, intitulada “Para que o Brasil não se torne um deserto”, o foco recaiu sobre a atuação da UPN. O repórter do Boletim queria saber mais sobre o trabalho na entidade com relação ao problema florestal. Roessler respondeu que ainda era uma “modesta associação”, com 238 sócios e que não desanimava diante das dificuldades:

Pretendemos disseminar pelo Estado o maior número possível de núcleos da associação, procurando entrar em todas as camadas do povo, a começar pelas escolas – pois na juventude devemos inculcar o amor à natureza, para preservar as riquezas da Pátria da sanha destruidora dos egoístas, desumanos, e mesmo criminosos. Nossos sócios nos auxiliam bastante, através das informações e denúncias que trazem, não só quanto à caça e à pesca, como na defesa do patrimônio florestal. Não quero deixar de mencionar aqui, a apreciável contribuição para essa campanha, dos Clubes de Caça e Pesca, que vêm sendo criados neste Estado e já são em número de 25. Não basta o interesse do poder público, a legislação em vigor. O problema das nossas riquezas está entregue ao povo: este é que, antes da iniciativa do Estado, deve compreender os perigos existentes, organizar-se através de associações, de clubes, e por todos os meios proteger o patrimônio imenso que herdamos de nossos antepassados – e sobre o qual paira a ameaça de uma destruição implacável. No dia em que forjarmos essa mentalidade em todos os brasileiros, teremos evitado que o Brasil se torne um deserto e assegurado às gerações futuras o aproveitamento das nossas riquezas, a beleza das nossas paisagens, a graça e a vida plena dos pássaros, das aves de todas as espécies, dos animais, enfim, que devem saltar e povoar livremente os nossos bosques, lagos e rios (BOLETIM RENNERT, p. 13).

Na fala de Roessler, percebe-se o enorme valor que ele conferia à educação - além do atribuído à lei - capaz de transformar o contexto depredador numa realidade de proteção à natureza. Ele mencionou que o povo, antes do Estado, é que deveria organizar-se para defender a natureza - entendida como um patrimônio, um bem tangível, portanto -; essa afirmação é interessante, num contexto em que o Estado ainda era o grande investidor, e quem centralizava as decisões sobre o desenvolvimento do país. Exemplo disso é que, no momento da entrevista (1956), a construção de Brasília, símbolo do progresso incentivado pelo Estado, estava a pleno vapor.

Por mais ambíguo que possa parecer, Roessler mantinha uma ótima relação com os Clubes de Caça do Rio Grande do Sul. Isso ocorria porque seus membros, em geral, respeitavam as portarias de caça, eram “bons caçadores”. Na verdade, era de seu interesse que os animais não fossem extintos, o que acarretaria o fim de seu esporte. Com isso, tornaram-se aliados de Roessler na luta contra os “maus caçadores”.

Através da UPN, Roessler empreendeu uma campanha educativo-ambiental de amplo alcance no Rio Grande do Sul. A entidade era mantida pelas anuidades pagas pelos sócios e por doações de empresas e clubes assistencialistas, como Rotaryst e Lions. Seus panfletos eram distribuídos no maior número possível de escolas; em geral, eram impressos entre 10.000 e 20.000 unidades de cada vez, com o patrocínio de seus colaboradores.

Um dos requisitos necessários para associar-se na UPN, presente em seus Estatutos, era que a pessoa se comprometesse “como amante da natureza” a cumprir o “Juramento de Proteção” (UPN, 1955, p. 4-5). Em 1952, Roessler sofreu um acidente automobilístico que resultou na perda do pé direito (por isso, teve que usar prótese mecânica até o fim da vida) e num afastamento temporário da fiscalização. Nos meses em que ficou em repouso, teve tempo para pensar, refletir sobre seus anos de atuação, e isso fez com que considerasse necessário lançar uma campanha educativa que abrangesse todos os elementos naturais brasileiros. O texto e os desenhos do cartaz são muito representativos do projeto de Roessler; sua elaboração deve ter sido pensada detalhadamente, porque, em um parágrafo, estão presentes todos os elementos pelos quais ele lutava desde 1939: a proteção às florestas do fogo e do desmatamento; a necessidade de reflorestamento; o cuidado para impedir a poluição dos rios; a necessidade de se impedir o extermínio dos animais (silvestres, aves e peixes), ou seja, o problema da caça e da pesca ilegais. E todo esse compromisso – pois se tratava de um juramento – se dava em nome da Pátria, de um “filho do Brasil”, que se orgulhava das riquezas naturais de seu país. O sentimento patriótico movia o amor à natureza, e deveria estar presente na consciência de todos os cidadãos. Ser nacionalista não era opção na época, e sim a tônica da maioria dos discursos até os anos em que o regime militar vigorou no Brasil.

O Boletim Renner reproduziu o cartaz do Juramento:

Figura 3 – Versão do Juramento de Proteção



Fonte: Boletim Renner, Porto Alegre, Dez/Jan. 1957 (MVSL)

A partir de uma perspectiva educacional diretiva (BECKER, 2001), Roessler via a escola como o ambiente privilegiado para divulgar sua campanha, e acreditava na educação, por isso mobilizava tempo, energia pessoal e recursos para confeccionar e distribuir seus folhetos. Na sua concepção, à escola, além do aprendizado de conteúdos teóricos, necessários à formação intelectual, cabia a continuação da obra iniciada na família de formar o caráter dos alunos. A primeira obrigação moral a ser ensinada pelos educadores deveria ser “proteger, amparar e defender os fracos e indefesos animais que estão à sua mercê” (ROESSLER, 2005, p. 80). O esforço de Roessler, na tentativa de amenizar o estado de devastação das espécies gaúchas, passava pela educação. Já que era difícil convencer os adultos a mudarem seus comportamentos, com as crianças, em processo de formação, poderia ser diferente. Ele considerava como “dedicados colaboradores” da UPN a Classe dos Educadores, “que está modificando a mentalidade da juventude, ensinando-a que AMAR A NATUREZA é analisá-la, compreendê-la,

tratá-la com respeito e bondade, excluindo todos os atos de violência, crueldade ou destruição contra insetos ou passarinhos, animais ou plantas” (ROESSLER, 2005, p. 107).

O trabalho empreendido por Roessler como fiscal e através da UPN ainda não era o que hoje chamamos de “educação ambiental”. Sua atuação pode ser entendida como um importante projeto educativo bem anterior à conformação de um campo de estudos propriamente “ambientais”. Dentro do campo de possibilidades dos anos 1930-60, no Rio Grande do Sul, ele foi um grande divulgador da proteção à natureza, capaz de influenciar diversas pessoas que, por causa dele, passaram, com o tempo, a pensar diferente em relação aos elementos naturais. Algumas dessas pessoas, oito anos depois de seu falecimento, em 1971, fundaram a Associação Gaúcha para Proteção do Ambiente Natural (AGAPAN), dando início a uma série de movimentos ecológicos no Estado e no Brasil.

No entanto, o valor do projeto de Roessler não está na futura atuação do movimento ambientalista, e sim no próprio contexto em que estava inserido. Os problemas ambientais já estavam colocados nos anos 1930 – até antes. Como observador atento, Roessler foi capaz de analisar e formular soluções viáveis para esses problemas, divulgando-as através de todos os mecanismos disponíveis (panfletos, palestras e crônicas jornalísticas). Ele percebeu que somente a educação poderia reverter o quadro de destruição da natureza, e, com isso, todas as espécies – inclusive a nossa – teriam uma chance no futuro.

REFERÊNCIAS

- ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 14 jun. 1951 (ML-RS).
- BOLETIM RENNER. Especial sobre a União Protetora da Natureza. Porto Alegre, jan. 1957 (MVSL).
- BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BRASIL. Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934. **Código de caça e pesca**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=15601&norma=30625>>. Acesso em: 17 out. 2010.
- BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Código florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em: 28 dez. 2010.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 24.643, de 10 de julho de 1934. **Código de águas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 29 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. **Estatuto dos funcionários públicos civis da união**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1711.htm>. Acesso em: 16 dez. 2009.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, n. 3/4, p. 127-149, 1998-1999.

PEREIRA, Elenita Malta. **Um protetor da natureza**: trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Rio Grande do Sul, 2011.

ROESSLER, Henrique. Caçar ou exterminar? **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 11, 14 mar. 1958.

ROESSLER, H. **Palestra Lions**. Estrela, 01 nov. 1963.

ROESSLER, Henrique Luiz. **O Rio Grande do Sul e a ecologia**: crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005.

UPN. **Estatutos**. São Leopoldo, 1955.

UPN. Panfleto **O reflorestamento é obrigatório**. São Leopoldo, s/data.